

MUNICÍPIO DE LAGOA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA



-----Ata n.º 11/2022-----


-----5ª Sessão Extraordinária de 2022-----

-----21 de Setembro de 2022-----

----- Ao vigésimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Lagoa em Sessão Ordinária, no Auditório Carlos do Carmo, em Lagoa, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, **José Manuel Correia Águas da Cruz**, coadjuvado por Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato e Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes, respetivamente 1º Secretário e 2ª Secretária.-----

-----Estiveram presentes os seguintes Membros Municipais:-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA	FORÇA POLÍTICA
José Inácio Marques Eduardo	Partido Social Democrata
Luís Pedro Vieira Ribeiro	Partido Socialista
Carlos Manuel dos Reis Ramos	Partido Socialista
Sónia Cristina Afonso Silva	Partido Socialista
Maria de Lurdes Rego Alemão	Chega
Joaquim José Martins Cabrita	Partido Social Democrata
João Pedro da Silva Nunes Oliveira	Movimento Lagoa Primeiro
Ricardo Jorge Braz da Silva	Partido Socialista
Maria Licínia Mendes Lourenço	Partido Socialista
Carla Isabel de Jesus Serol	Partido Socialista
Diamantino José Ernesto Ruivinho	Movimento Lagoa Primeiro
Elsa Maria Vieira Mendes	Partido Socialista
Telma Isabel Alberto Viana	Partido Social Democrata
Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Bloco de Esquerda
Tiago Manuel Valdire Lopes	Partido Socialista
João André Nascimento Cabrita	Coligação Democrática Unitária
Vitor Manuel Gonçalves dos Santos	Partido Socialista
Joaquim João Lopes Paulo	Presidente da União de Freguesias de Lagoa e



	Carvoeiro (Partido Socialista)
Mário José Teixeira Ferreira	Deputado Municipal
Luís José Soares Bentes	Presidente da Freguesia de Porches (Partido Socialista)
Luís Filipe dos Santos Alberto	Presidente da Freguesia de Ferragudo (Partido Socialista)

-----A Câmara Municipal de Lagoa esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Anabela Simão Correia Rocha Correia Rocha	Vice-Presidente da Câmara Municipal (PS)
Rita da Conceição Ruivinho	Vereador sem pelouro (MLP)
Ana Cristina Tiago Martins	Vereadora (PS)
Ruben Patrício Infante Palma	Vereador (PS)
Mário José Costa Vieira	Vereador sem pelouro (PSD)
Mário Fernando Rodrigues Guerreiro	Vereador (PS)

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu as boas-vindas no Auditório Cultural do Convento São José, em Lagoa, por indisponibilidade do Auditório Carlos do Carmo, onde têm vindo a realizar-se as sessões da Assembleia Municipal. A sessão ordinária seguinte, agendada para o dia 28 de setembro, realizar-se-ia, como habitualmente, no Auditório Carlos do Carmo. De seguida, saudou a senhora Vice Presidente da Câmara, em representação do senhor Presidente da Câmara, ausente da sessão em virtude de compromissos de representação autárquica, as senhoras e os senhores Vereadores, as senhoras e os senhores Deputados Municipais, as senhoras e os senhores jornalistas, cidadãos presentes na sessão, cidadãos que assistem à transmissão em direto da sessão, através do YouTube e do Facebook do município de Lagoa, bem como da Lagoa TV, e também os técnicos e demais colaboradores do município que os assistem tecnicamente e dão apoio na sessão, assegurando as necessárias condições técnicas de funcionamento, bem como garantindo a transmissão em direto da sessão, e a quem agradeceu. Fez um agradecimento especial à doutora Ana Bigodinho e à Vera Zeferino, que têm sido inextinguíveis no apoio à Mesa da Assembleia Municipal, colaborando em todos os atos preparatórios daquela sessão apesar de não estarem familiarizadas com aquelas específicas funções, nomeadamente a Vera, uma vez que a doutora Ana Bigodinho já há uns anos largos também exerceu aquelas funções, que assistem naquela sessão, e que também o farão na sessão ordinária seguinte em virtude da baixa médica da Sónia Encarnação, a quem desejaram rápidas melhoras. De seguida, fizeram-se as advertências habituais, solicitando-se que desligassem os telemóveis ou os colocassem em modo silêncio, por forma a não interferir no normal funcionamento da sessão, nem na sua transmissão em direto, sendo que a presente sessão seria gravada em suporte vídeo e áudio e publicada no site da Assembleia Municipal de Lagoa e no YouTube do município de Lagoa. Os

cidadãos participantes na sessão deveriam, no início da sua alocução, autorizar a Assembleia Municipal a gravar a sua intervenção em suporte áudio e vídeo, bem como a utilizar os respetivos registos de som e/ou imagem para efeitos de transmissão em *streaming* e divulgação em plataformas eletrónicas ou quaisquer outros suportes de comunicação. Lembrou-se não ser permitido o registo de som e/ou imagem sem autorização prévia da Mesa da Assembleia Municipal, exceto pelos órgãos de Comunicação Social. Feitas aquelas considerações, declarou aberta a sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lagoa de 21 de setembro de 2022.-

**I – Período de Intervenção dos Cidadãos;** -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, lembrou que, nos termos do art. 36º n.2 do Regimento, nas sessões extraordinárias a intervenção dos cidadãos deve cingir-se à apresentação de assuntos de interesse municipal e o pedido de informação ou esclarecimento exclusivamente sobre os pontos específicos da Ordem de Trabalhos, tal como consta do Edital, ou seja, naquela sessão, a intervenção dos cidadãos apenas poderá incidir sobre os assuntos em discussão naquela sessão. Declarou haver uma inscrição, da senhora **Aida da Conceição Coutinho Lima** sobre o assunto de limpeza do terreno camarário na Encosta da Belavista. Registou, lamentando que, atendendo à natureza do assunto e apesar de estar inscrita, não lhe poderia conceder o uso da palavra uma vez que não se inscreve no âmbito do Regimento. Apresentou um pedido de desculpas pelo facto de, tal como informou um pouco antes, não ter recebido essa informação e lamentou o incómodo e o transtorno que lhe causou. De qualquer forma, ficava já o registo da inscrição para a sessão Ordinária seguinte da Assembleia Municipal que iria ter lugar no dia 28 de setembro. -----


**II – Período da Ordem do Dia:** -----

- Substituição de Deputados e Vereadores Municipais. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou, em seguida, as substituições que deram entrada na Mesa da Assembleia Municipal: o senhor Deputado Municipal Nelson André Barroso Fernandes, que foi substituído pelo senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita, o senhor Deputado Municipal Vítor Manuel Grade Martins Sobral, substituído pela senhora Deputada Municipal Sónia Cristina Afonso Silva, o senhor Vereador Francisco José Malveiro Martins, sendo substituído pelo senhor Vereador substituto Nuno Dinis da Encarnação que, por sua vez, apresentou um pedido de substituição sendo substituído pela senhora Vereadora substituta Rita da Conceição Rocha do Rei Ruivinhos. O senhor Presidente da União de Freguesias da União de Freguesias de Estômbar e Parchal, o senhor Joaquim Dimas Neto Varela que foi substituído pelo Tesoureiro da União de Freguesias, o senhor Mário Ferreira. Dado não existir um Período de Antes da Ordem do Dia por se tratar de uma Assembleia Municipal Extraordinária, iniciou-se o Período da Ordem do Dia. --


**1º Ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu uma informação prévia, comunicando que, às 18:24 daquele dia, foi recebido na caixa de correio eletrónico da Presidência da Assembleia Municipal a declaração de voto do Vereador substituto do PSD Cesário Belém relativo aquele Ponto da Ordem do Dia, que protestar juntar na sessão de Câmara de 13 de setembro. Apesar da entrega tardia, fora da hora de




expediente, e não obstante a sessão da Câmara ter tido lugar há oito dias, pela sua relevância e oportunidade, a Mesa admitiu a declaração de voto e mandou distribuir, tendo sido remetida por e-mail aos senhores Deputados Municipais até às 19:36. Chamou a particular atenção para que os documentos dessem entrada nos serviços nas horas úteis de expediente, pois era extraordinariamente difícil, quando tal não acontece, dar andamento aos documentos que chegam sistematicamente até ao início da sessão. Fez, assim, um apelo aos senhores Deputados Municipais e aos senhores Vereadores que, porventura, quisessem participar e intervir, que remetessem os documentos atempadamente por forma a que os funcionários possam cumprir o despacho em tempo útil, sem sacrifício do seu período de descanso. Feita aquela breve alocução, concedeu o uso da palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, em representação do senhor Presidente da Câmara, para apresentação da **proposta da revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022**. -----

-----No uso da palavra concedida a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** cumprimentou os presentes e declarou que aquela revisão orçamental surge num momento em que há uma receita e que estava muito bem explanado no documento, em que todos os compromissos que têm delineado, desde logo no primeiro no orçamento de 2022, que passa não só pelos desígnios, mas também pelos compromissos, como olhar para a comunidade, para as pessoas, a preocupação tendo sempre um item e debaixo da Lagoa Cidade Educadora, ou seja, trabalhar as crianças e os jovens, dando precisamente as oportunidades em termos do meio ambiental, meio de cooperação, relações pessoais e no desenvolvimento desse pensamento do próximo, trabalhar a cultura, a ação social, não deixando ninguém para trás, dando essa prioridade ao próximo. Ao trabalharem essa diferenciação ao nível de receita estavam a falar de um acréscimo que estava explanado, em que têm um grau de execução de receita que já ultrapassa os 65%, estando a falar numa taxa de crescimento que se estima em 23,4% porque, na realidade, já têm uma receita cobrada que é superior e estão a falar, efetivamente, na possibilidade, de trabalharem na ordem dos 10%. Ou seja, de uma forma muito ponderada, em termos técnicos, foi trabalhado a questão da receita precisamente para responder às novas necessidades, falando-se de novas rubricas, da transferência de competências no domínio da saúde. Também o tiveram na ação social, mas na saúde têm oportunidades que estão previstas através dos fundos comunitários no PRR. Daí terem plasmado os projetos que são necessários em termos do Centro de Saúde Lagoa e todos têm conhecimento de como estão aquelas instalações e têm conhecimento de que no dia em que houver a transferência de competências no domínio da saúde irão bater à porta, porque nunca foi pintado aquele centro de saúde e vê-se que há imensos problemas a reparar. Têm, assim, a oportunidade e falavam de uma rubrica que tinha de ser criada, não só para os projetos, mas também para a empreitada. Por outro lado, o reforço das próprias IPSS que são, precisamente, quem está mais próximo das pessoas carenciadas e vulneráveis, falando-se de um investimento de cerca de 700 000 EUR, seja a nível de capital, seja a nível corrente. Essa era, desde logo, a preocupação, mas nunca deixando também o desporto, em que têm de traduzir numa comunidade que seja saudável, que possa interagir e o desporto vem precisamente trazer muitas coisas boas e forma imensos jovens para o futuro. Daí que tenham a instalação elétrica para o apoio de eventos do Estado da Bela Vista, que é também uma rubrica que é aberta entre outras. Há também a requalificação do espaço da EB1 de Lagoa para instalação do Centro Qualifica, sempre a preocupação a par do desporto, da ação social, da cultura. Recordou que tiveram uma votação há algum tempo de um Programa PARES, ou seja, tiveram duas IPSS que se candidataram ao Programa PARES e que, no caso, foi a ADR Quinta de São Pedro e a Santa Casa da Misericórdia de Lagoa. Por um lado, têm da parte da ADR da Quinta de São Pedro, em



que se candidatou para a realização de uma ERPI, de um Lar para a Terceira Idade, onde estava previsto 72 pessoas para integrar e 60 em termos de serviço de apoio domiciliário. Infelizmente, na candidatura PARES não foi possível levar o processo à frente e não foi aceite, mas foi feito do Centro Popular de Lagoa, ou seja, levava ali boas novas, mas que voltariam mais tarde à Assembleia. As duas IPSS candidataram-se ao programa no âmbito do PRR e tiveram a felicidade, em julho daquele ano, que fosse aprovado a comparticipação para aquela estrutura potencial para idosos e para o serviço de apoio domiciliário. Não tinham verba, pois tinha sido retirada, como se deviam recordar, e foi necessário colocar esse valor porque o PRR, ao contrário do PARES, apoia apenas a empreitada e não apoia nem os projetos, nem a fiscalização, não apoia o equipamento, o que vai ser mais oneroso, naturalmente. Mas nunca poderiam deixar de apoiar em termos dos próprios projetos, mas isso tinha que estar previsto e não havia verba. Entre essas situações importava referir também a aquisição de cinco lojas no centro comercial de Bela Vista e disse que a Associação Académica da Bela Vista era conhecida por todos, tem mais de 300 atletas, seja no futebol, no atletismo, tem prémios regionais, nacionais e, naturalmente, com aquelas instalações têm de estar sempre a suportar rendas. A visão do município tem sido, essencialmente, não tanto dar valor em termos pecuniários para que a pessoa compre ou a associação faça à aquisição, mas sim a possibilidade de adquirir que seja património, que seja integrado no município e seja cedido essa utilização para o bem-estar e para a comunidade em geral. E, caso haja uma extinção da Associação, caso haja qualquer problema, será sempre património do município. E, por isso, falava-se na aquisição de uma loja comercial na Urbanização dos Vales, pois como era do conhecimento, o Tribunal de Comércio estava instalado e estava em funcionamento, pretende-se a sua ampliação e criar um Tribunal de competência genérica. Para esse efeito, têm tido a felicidade dos serviços sociais dos trabalhadores do município de Lagoa onde tem tido o apoio extra-escolar, onde se faz assistência a muitos filhos dos funcionários e colaboradores, mas ao instalar-se o Tribunal têm que arranjar um outro espaço, sendo uma janela de oportunidade que não apareceu na primeira revisão e era agora possível, para dar resposta e levar mais infraestruturas para Lagoa. Frisou ainda que tem sido um processo difícil, que tem levado algum tempo e acabaram por não colocar no orçamento daquele ano e vem na revisão orçamental porque, presentemente, têm a oportunidade de fazer algo fantástico, pois a Santa Casa de Misericórdia de Estômbar tem, naturalmente, muitos utentes, na unidade de cuidados continuados tem cerca de 30, a nível do serviço de apoio domiciliário tem 50 utentes, havendo pessoas que estão em lista de espera e que precisam realmente de apoio, no centro de dia têm cerca de 25 utentes e uma cantina social. Ou seja, trabalha para as pessoas mesmo muito vulneráveis e têm uma oportunidade que é a de realizar uma escritura que há muito se ambicionava precisamente para ampliação com o prédio que existe na rua da Misericórdia em Estômbar. Considera que será um dia muito feliz porque vai permitir, não só a ampliação daquelas respostas, mas também pensar numa futura ERPI e isso era realmente o que o município pretende, isto é, que haja respostas no concelho para a comunidade. Têm também outras aquisições em que foi, realmente, uma oportunidade de negócio, referindo-se a um prédio em Bem Parece, em que a avaliação é superior aos 300 000 EUR e estavam a falar de um edifício onde funciona a Comissão Vitivinícola do Algarve, em que vai permitir criar a sede da própria Rota dos Vinhos do Algarve, ou seja, pela centralidade, Lagoa permite criar ali a sua própria sede e também criar uma loja, uma exposição em termos turísticos para que seja uma âncora do conhecimento e de divulgação da vinha, do vinho, não só de Lagoa, mas na própria região. Em termos sociais, um projeto que é um sonho antigo e que esperam que resulte e em que já têm, pelo menos, os alicerces, porque o segundo andar permite uma zona habitacional. Não têm muitos sem-abrigo, mas há problemas sociais e há casos que têm que enfrentar e resolver. E através da Rede Social podem arranjar uma resposta fantástica para



alguns casos sociais que têm. Era importantíssimo em termos de município porque têm uma rua a nível central que devia ter um polo de dinamização extraordinário que, infelizmente, por muito que tenha sido investido, referindo-se à rua Coronel Figueiredo, ainda não viram os frutos nem a dinamização que queriam e estavam a levar, precisamente, os serviços para essas ruas. Falava do edifício em frente à Gazeta de Lagoa e criar também a zona de serviços para educação. Depois, mais abaixo já estava a ser trabalhado, depois de muitos concursos desertos, muitas dificuldades, a antiga farmácia Maceta, onde irão ter precisamente as instalações da ação social e do Posto do Turismo. Portanto, iria ser uma nova dinâmica para a rua e, naturalmente, naquele prédio, podendo levar mais serviços e mais centralização, mais dinamização à rua. Será também acoplado um parque de estacionamento, pois as pessoas têm que ter os seus carros em algum sítio, pelo que era primordial entre outros investimentos. Assim como a recuperação da Capela do Carvoeiro e também da recuperação da igreja de Lagoa. Em suma, eram aqueles os itens que levaram àquela transformação porque são oportunidades que não podiam deixar passar. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu, abriu o período de inscrições e concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita cumprimentou os presentes e declarou querer fazer um primeiro ponto, que não tinha propriamente a ver com a proposta, mas sim com a apresentação, uma vez que considerava que as coisas têm que ter dignidade e um orçamento e uma proposta de orçamento era algo muito sério e muito digno e tal não significava que as fotografias não fossem dignas, mas capear o orçamento com uma fotografia dos bolos dos florados de Lagoa não lhe parecia ser a forma mais adequada pois quando viu lembrou-se imediatamente do dito popular “com papas e bolos...”. Considerava, assim, que se tinha que dar a dignidade própria e a capear o orçamento deveria ir o brasão do município e, quando muito, o logo comercial do município, ao passo que os bolos dão um toque de menor seriedade a algo que é muito sério. Em relação à apresentação detida e pormenorizada em muitos aspetos que a senhora Vice-Presidente fez, e a qual agradeceu, em nome da bancada do PSD, também quis dizer que, aceitando tudo o que foi dito como sério, importante e relevante, também não podia deixar de dizer que aquela revisão orçamental serviu para pôr em evidência que, mais uma vez, uma promessa não foi cumprida e não vai ser cumprida, porque se havia obra que era importante e que foi assumido como importante, era a obra das infraestruturas de fornecimento de água e o que se constatava na revisão era que todas as verbas de todas as obras de águas que estavam previstas, e que eram para definir, não foram definidas. Podiam ter sido porque havia verba, porque se trata exatamente de levar ao orçamento mais verba, mas o que acontecia era que a remodelação dos reservatórios com 200 000 € estavam para preencher, saíram e ficam 5 000€, ou seja, já não vai ser nada feito; reabilitação das captações subterrâneas saíram 240 000€, troço Lagoa Poço Partido saíram 200 000€; Estômbar-Calvário 350 000€; Cerca da Lapa de Sesmaria 500 000€; Cerca de Lagoa ou Vale do Moinho 550 000€. Ou seja, aquelas obras não iriam ser feitas e era algo que estava assumido, sendo mais uma promessa que ficava para o orçamento seguinte e depois logo se vê. Foi também referido pela senhora Vice-Presidente, e muito bem, a ideia de adquirir património que tenha utilidade ao município e para os lagoenses, e com a qual concordava. Mas também tinha que dizer o resto, pois o texto refere que vão trabalhar e continuar com prioridades, e ninguém fica para trás, e o importante são as pessoas, mas tinham que fazer coisas para as pessoas, porque só pensar nas pessoas não resolve o problema. E depois diz-se que para o Centro de Saúde de Lagoa vai entrar uma verba que era para fazer os projetos, mas depois o Pavilhão no antigo espaço dos Amigos de Lagoa estavam 5 000 EUR previstos e, com certeza,

não seria para fazer nada, o passeio fluvial Parchal-Mexilhoeira, ou seja, o passadiço da Mexilhoeira, obra importante, bandeira, o que estava para ser definido saiu, não há nada para definir, não vai haver obra. O Largo de D. João II, na Mexilhoeira da Carregação, saiu, fica só menos de metade do que estava previsto, Espaço Gamboa menos 100 000 EUR, Moinho das Fontes menos 50 000 EUR, ou seja, todas aquelas verbas estavam para definir, assumia que já não iriam ser feitas. Assim, aquela revisão orçamental não serviu só para dizer que se vai comprar mais coisas, mas também serviu para dizer que não vão, afinal, fazer uma série de coisas que se assumiam como prioridade para além de surgirem coisas que pensava ser absolutamente espantoso, pois uma das prioridades era o Silo Auto de Carvoeiro, e questionou se alguém conhecia aquele Silo Auto, estaria no segredo dos deuses porque à Assembleia não chegou ainda coisíssima nenhuma, pois se não houver verba nenhuma prevista, se não há projeto, se não há nada conhecido porque é que estavam a falar de uma coisa que não se sabe sequer quando é que vai ser feito. Disse ainda que a senhora Vice-Presidente tinha toda a razão quando diz que os apoios sociais, e nomeadamente o apoio a uma IPSS, muito importante no concelho, como são todas aquelas que desenvolvem um trabalho em prol da comunidade, mas com o objetivo muito importante, o de criar um lar, era evidente ser importante prever todas as condições para que se avance o mais rapidamente possível. Duidava até que fosse previdente englobar as receitas já e não esperar para ver melhor, pelo que aquilo que viria, segundo o senhor Presidente da República, o Governo não, mas pensa, todos sabiam que pode não ser nada de bom e podem vir a atravessar momentos muito difíceis e, no ano seguinte, se calhar não terão aquela perspetiva fantástica que o presente ano trouxe e está a trazer em termos de receitas próprias. Seria previdente considerar que até ao fim do ano tudo irá correr tudo bem e irão confirmar-se aquelas receitas, e prever já verbas para apoios sociais através das IPSS e ponderando, exatamente, o facto de estar em causa uma antecipação que pode ser benéfica na medida em que permitindo dotar já de meios quando eles existem, quer a IPSS ADR Quinta de São Pedro, quer as outras do plano do apoio social, esse reforço, essa antecipação como a previsão daquilo que pode ser já adquirido e feito achava muito bem, mas deixou um repto à Câmara, na pessoa da senhora Vice-Presidente, que foi o facto de a bancada do PSD ir, mais uma vez, dar o benefício da dúvida em nome e em prol da importância da cativação antecipada da previsão daqueles fundos para apoio social e para obras relevantes, mas assegurou que se no orçamento seguinte se assistir a mais um esvaziamento de verbas de obras que são essenciais, nomeadamente as infraestruturas de águas, se da previsão de compra daqueles prédios todos que justificam a antecipação para agora, nenhum acontecer até ao final do ano e afinal isso servir para coisa nenhuma e se as verbas, efetivamente, não tiverem uma tradução real, no orçamento seguinte, que podia ser o melhor do mundo, mas votariam contra porque exigem seriedade e exigem que as coisas que são ditas sejam, efetivamente, para ser levadas a cabo. A bancada do PSD iria abster-se naquele ponto, na sequência do que tem feito no orçamento e na revisão anterior, porque reconhece a importância da parte social e porque reconhece que pode ser importante antecipar algumas compras, se elas vieram, efetivamente, a se traduzir. Melhorar o meio urbano e criar infraestruturas é pensar nas pessoas, mas se decorrido um ano vai acontecer zero, poderiam ter a certeza que, uma vez iriam com papas e com os bolos, mas não iriam sempre. Referiu ainda ser importante para uma questão de clarificação, pois muitas das vezes assumem posturas, dos comentários prévios de apreciação, estendem as posições quando aprovam e fazem pouco controlo e pensava ser importante, nomeadamente na questão dos apoios sociais, a Assembleia no final de cada ano saber exatamente em quem é que se traduziu, quantas pessoas é que foram apoiadas, como é que o dinheiro foi gasto, porque acham muito bem que se gaste em prol e na defesa dos lagoenses mais necessitados, mas precisam de

saber efetivamente que foi esse o caminho. Não desconfiam de ninguém, mas por não desconfiarem de ninguém, querem ter a certeza que tudo é feito como deve ser. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, indicou que, certamente, o PSD faria chegar aos serviços da Assembleia um requerimento nesse sentido, por forma depois a ser incluído na sessão própria a matéria. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----No uso da palavra o senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho disse que iria tentar ser breve e que retinha as palavras do Deputado Municipal Joaquim Cabrita e frisou ser importante o facto de que, quando se retira verbas, quando se alteram projeções que estavam feitas, quando se alteram obras, tem de haver uma justificação. Confessou-se cansado por dizer em várias Assembleias que deve haver uma justificação para as coisas e faltava justificar de uma forma muito simples porque é que as coisas acontecem, porque não se fazem determinadas obras, porque se retiram e deviam deixar de reduzir o espaço à especulação relativamente àquela matéria. Há muita especulação sobre promessas feitas, sobre obras que são orçamentadas e que são retiradas, e o que acaba por acontecer é que nunca há uma justificação por parte do Executivo. Todos sabiam que se pode projetar determinado tipo de obras e ter determinado tipo de objetivos e as coisas não se concretizarem, mas tem que explicar porque é que acontece e isso era uma falha que tem persistido no tempo e julgava que a Câmara tem que ter isso em atenção. Justificar não só porque é que coloca, mas justificar porque é que não se executa, quais são os problemas que aconteceram, o que é que motivou os atrasos e isso acabaria com a maioria da especulação. Quem estiver de boa fé, não retira as coisas por retirar, mas tem que se justificar, para ficarem todos confortáveis relativamente ao conhecimento das coisas e isso não foi produzido. Assim, continuava a dar esse benefício da dúvida e continuava a achar que era perfeitamente normal orçamentar e retirar, mas o que não achava normal era o não se explicar porque é que acontecem as coisas e isso era o que pedia que se alterasse profundamente. Fez ainda um pedido de esclarecimento relativamente a uma afirmação que a senhora Vice-Presidente produziu sobre a compra de lojas na Bela Vista em nome do município que serão cedidas. Julgava ser um bom princípio, era correto e era de louvar aquele tipo de atitudes, pelo que teriam claramente o seu apoio. Contudo, solicitou algumas informações que não estavam inscritas no trabalho apresentado, pois relativamente ao Pavilhão do Arade não existia nenhuma obra, nenhuma rubrica aberta e questionou sobre qual o motivo para tal suceder. Em relação ao Parque Urbano do Parchal, obra que tem vindo a ser adiada, quis saber o que se passa já que, mais uma vez, nenhuma rubrica foi apresentada e perguntou se haveria algum atraso. Pelos documentos apresentados percebeu que vai existir reforço de verbas às IPSS e às estruturas sociais e perguntou se para alterar ou para reforçar os protocolos existentes para o presente ano, tendo em conta no mínimo dos mínimos aquilo que foi a inflação deste ano e que está a criar problemas sérios às estruturas sociais. Questionou se esse era um compromisso assumido para esse ano, pelo menos no reforço relativamente a essa verba. Essa era a primeira questão que gostava de saber, se esse era um compromisso assumido para reforçar os protocolos existentes ainda no corrente ano. A segunda questão que levantou teve a ver com as atividades de apoio à família no pré-escolar e quis perceber qual era a posição do município que, enquanto tal, tem elaborado protocolos com as IPSS ou com estruturas sociais que fazem os serviços, e considerava ser inacreditável haver uma demissão clara do município relativa a uma responsabilidade, na sua opinião, que lhe pertence e não é de mais ninguém. Os serviços relativamente a essas atividades que são feitas nas escolas nas pré-primárias ou em edifícios públicos, não interessa onde, e há outros que são feitos nas estruturas sociais dessas instituições que obriga a deslocações consideráveis de crianças e perguntou, assim, de quem seria a




responsabilidade do transporte das crianças e a quem estava, nos protocolos, associada essa responsabilidade, porque achava que o que as instituições protocolam com o município era desenvolver as atividades nesses sítios. Perguntou, pois, como é que o município se descartava de uma responsabilidade que era unicamente sua e que era a de colocar as crianças nos sítios devidos. Perguntou se seria a família a pagar ou os agrupamentos de escola ou o município e realçou que aquele assunto tinha que ficar claro porque o município contratualiza determinados serviços, numa determinada verba e há as instituições, em que metade dessa verba é só para pagar os transportes, criando uma situação verdadeiramente diferente daquelas que fazem nas estruturas educativas das escolas. Questionou, pois, como era possível que aquele assunto não fosse assumido, estando a falar-se de migalhas comparando com os milhões, pois o apoio do município para as IPSS seria na ordem de 20 e tal mil euros. Mas mais importante era o facto de se tratar de um imperativo ético, e quem seria responsável e a quem compete resolver aquele problema. Gostaria, assim, de ouvir a resposta porque tal situação não podia continuar a prolongar-se no tempo, ano após ano. Um problema daquela natureza não tem sentido e só poderia três soluções possíveis: ou o município faz por sua conta e risco e não consegue ter estrutura, ou contratualiza com uma empresa ou com as empresas para fazer o transporte ou então diz às IPSS ou às estruturas que fazem esse serviço para contratualizarem e o município paga. Aprovaram em reunião de Câmara uma verba de 1 740 EUR para onze meses para transportar 80 crianças, quando isso custa num mês e que isso era inconcebível. Mas tratava-se do princípio que estava ali em causa, não interessava o valor, mas sim o princípio de quem era a responsabilidade daquele serviço. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, em seguida, deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos cumprimentando os presentes e começando por agradecer à senhora Vice-Presidente pelo exposto. Seguidamente, perguntou sobre qual era o objetivo das aquisições referidas. Realçou não ter sido mencionada a verba de 4 700 000€, e perguntou se seria uma verba destinada à parte da educação, do desporto, a ação social, da saúde. Foi mencionado o Centro de Saúde e falou-se apenas na pintura, mas recordou que aquele edifício ainda tem telhas de amianto, pelo que haveria que ter isso em consideração e contemplar na requalificação do edifício. Sobre as cinco lojas que são adquiridas, perguntou se o restaurante também estava contemplado ou não. Sobre a aquisição do edifício na rua Coronel Figueiredo, que iria ser adquirido por 745 000€ e, não podendo ser utilizado, perguntou se terá que haver algum gasto e imagina que não será pouco. Considera que há uma verba que está bem distribuída e devem ser transparentes nas obras que irão efetuar e também nos dinheiros ou contribuições que irão ser dadas às instituições, e que bem merecem, que apoiam a parte social e, presentemente, como todos sabem, há muita gente que já está a passar por grandes dificuldades e não sabem como será o futuro, mas com certeza que será mais complicado e, portanto, há que dar todo esse apoio. Assim, o Bloco de Esquerda iria votar em abstenção. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Filipe dos Santos Alberto. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal Luís Filipe dos Santos Alberto cumprimentou os presentes e confessou ter ficado bastante alarmado com as palavras da outra bancada e com a desorçamentação que se estava a fazer em todas as rubricas plasmadas e o



seu espanto refere-se nomeadamente à requalificação da rede elétrica em Ferragudo, pelo que foi olhar com atenção e, com todo o respeito, disse ser inadmissível desorçamentar-se a requalificação da rede iluminação pública de Ferragudo da fase 3. Mas, entretanto, lembrou-se que há regras orçamentais, existe uma série de rubricas e de procedimentos que têm que cumprir, e há outra coisa que têm fazer. Quando lançam um procedimento têm que ter uma rubrica orçamental para lançar esse procedimento e, só depois, podem repartir essa mesma rubrica, após lançarem esse procedimento, em vários anos. Isso foi o que aconteceu com a fase 3 de Ferragudo e talvez fosse também acontecer com outras rubricas. Agradeceu a forma como os senhores Vereadores da Câmara Municipal planeiam esses investimentos, porque era lógico, e só não via nem não quisesse, que se trata de um orçamento que apoia as famílias, que adquire património para a Câmara Municipal, e que é rigoroso na gestão das suas rubricas orçamentais. Chamou a atenção para o facto de, por um lado, descabimentou-se e mais à frente no ponto 3 teriam a repartição da despesa plurianual. Declarou acreditar que ainda não se habituaram naquela casa a pensar que os orçamentos e os planos de investimento, que os orçamentos são anuais e os planos plurianuais de investimento têm uma ótica plurianual e era nesse sentido que aquelas orçamentações são feitas de acordo com o SNCAP para as autarquias locais. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos** cumprimentou os presentes e começou por fazer um resumo daquilo que era a posição da sua bancada, dizendo que era necessário ter algum cuidado quando se queixam as mesmas pessoas de que são maltratadas e de que é colocada em causa a sua atividade profissional, pois utilizam termos tão fortes que fogem um bocadinho àquilo que é a realidade. Um modo planfetário, ótica do falseamento, demagogia e do populismo. E populismo considerava ter sido aquela tomada de posição. Concordou que o brasão seria o mais indicado para ter na capa da revisão, mas não podiam perder o respeito pelos florados que também são uma imagem do concelho e devem merecer o respeito do plenário. Prosseguiu afirmando que a proposta apresentada pelo Partido Socialista relativamente à segunda revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 22 merecia a seguinte análise: em primeiro lugar, torna-se necessário perceber a importância daquele instrumento tão importante e que permite adequar o atual orçamento para fazer face a despesas inadiáveis, assim como reforçar rubricas estrategicamente importantes para o desenvolvimento do concelho. A modificação em receita vai aumentar o Orçamento e Grandes Opções do Plano no valor aproximado de 4,7 milhões de euros e permitir ao município seguir a sua estratégia de apoiar quem mais precisa, nomeadamente as famílias, IPSS, empresas e empresários do concelho, aumentar o investimento noutras áreas estratégicas como a educação, a cultura, o desporto e ação social, assim como nas infraestruturas fundamentais importantes no desenvolvimento do concelho. Todos sabiam o que de menos bom trouxe a pandemia e, mais recentemente, a guerra na Europa. Um dos grandes problemas era inevitável, a inflação que, nos últimos tempos, tem sido uma dura realidade para as famílias, com os aumentos registados em bens de primeira necessidade, nomeadamente energia elétrica e combustíveis. Urge mitigar os impactos que as famílias já estão a sofrer e, por isso, o Executivo camarário pretende reforçar os apoios no âmbito social para que essas mesmas famílias não enfrentem dificuldades sem terem onde recorrer. Pensava que uma das principais estratégias, mas o concelho de Lagoa tinha que continuar a ser um destino privilegiado para quem quer ter férias de qualidade e, por isso mesmo, desejou que não se viva obcecados com a realização de obras que se tornam de grande complexidade para a sua realização devido à escassez de mão


de obra, as requalificações de espaços existentes vão continuar, bem como a criação de outras infraestruturas fundamentais que visam, essencialmente, o bem-estar das pessoas. Por fim, registaram com agrado a preocupação com a aquisição de imóveis com o objetivo principal de resolver problemas existentes apoiando, simultaneamente, associações sem fins lucrativos, aliás política praticada há muitos anos naquele concelho. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** declarou não dar lições de conhecimento contabilístico nem de política ao senhor Presidente da Junta de Ferragudo, mas também não recebia. Assim, era evidente para quem, com seriedade está na política, perceber que quando tem uma verba numa rubrica a definir para esse ano, quer dizer não ter a certeza se vai fazer, mas tem essa expectativa e que a preencherá com as receitas que, nesse ano, ainda possa ter. Quando tem receitas nesse mesmo ano e desiste de preencher essa rubrica isso significa que desistiu, nesse ano, de fazer essa obra e se a projeta para os anos seguintes, era óbvio que não a faz nesse ano porque ela só se vai repercutir nos anos seguintes, correndo o risco de, se no ano seguinte, ela tiver a mesma prática, nunca ser feita, como algumas que têm tido nos orçamentos dos últimos anos. Reforçou não ter dito que as rubricas tinham saído do orçamento, mas sim que as verbas que estavam por definir nessas rubricas ou desapareceram ou passaram para projeções do ano seguinte, mas desapareceram da execução daquele orçamento, o que significa que, no ano corrente, não iriam ser feitas. Tendo em conta a fase do ano em que estavam era óbvio que já não era possível fazer, mas agora ficam com a certeza que muitas nem sequer vão ser começadas, porque nem sequer têm verba para permitir isso. Tinha elogiado, achou bem e concordou com a inclusão da obra para os Centros de Saúde e extensões, ainda que o valor que lá está não seja para fazer as obras, mas sim para fazer os projetos para fazer as obras, mas como não há obras sem projetos, considerou que se devia colocar se tal permitir avançar já agora. Mas se está lá agora e até ao fim do ano não acontecer nada e para o ano irem outra vez para o ponto zero, então não serviu para nada fazer aquilo. Registou que o senhor Presidente da Junta se referiu à “outra bancada”, mas não era a outra porque havia cinco, mas o que disse são puras constatações do que lá está e se estas constatações e se as mesmas lá constam, na introdução à revisão orçamental a dado ponto diz «é para construir o Silo de Carvoeiro» e questionou o que tinha aquele orçamento a ver com o Silo de Carvoeiro e perguntou se tal não era demagogia ou populismo, ou então, seria engano por terem copiado do anterior. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos** afirmou não lhe parecer que o seu colega de bancada Luís Alberto não tenha feito outra coisa senão um esclarecimento, mas também ao contrário daquilo que o Deputado Joaquim Cabrita tinha acabado de fazer, desmentindo aquilo que tinha dito. Não se podia dizer que não mandou retirar, dizer que foram transferidas ou utilização de outras palavras, não era verdade. Considerava que utilizar esse argumento e depois vir dizer que quem não era sério era o Partido Socialista não era correto e o populismo e demagogia não são palavras que o Partido Socialista utilizasse alguma vez contra o PSD e agora se o PSD entende que deve utilizar essas palavras deve tomar as suas providências e fazer uma introspeção. -----



-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita, para defesa da honra, pelo tempo máximo de 30 segundos. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** afirmou considerar que a sua honra tinha sido violada, pois quando ouviu a gravação se percebe que na sua primeira intervenção disse e referiu que eram verbas que estavam por preencher, que eram verbas que não estavam preenchidas e que vendo o orçamento elas tinham sido retiradas e especificou as que lá estão. Portanto, não disse que as obras tinham saído, mas sim que as obras não iam ser feitas porque a verba que permitia fazê-las tinha saído e é isso que está no orçamento. Quem não quer ver, não vê, quem não gosta de enfiar a carapuça, não enfia. Na política, uma coisa é ofender, outra coisa é usar uma linguagem que é política e que é perfeitamente plausível. Nunca ouviu dizer que uma atitude populista ou uma atitude mais falaciosa na defesa daquilo que é um interesse que se entende como pessoal, seja uma ofensa pessoal que é não é isso que se estava a fazer. Mas aproveitou para dizer que o seu colega de partido e senhor Vereador não lhe bastava ter uma queixa-crime, como até teve já uma segunda e que o mesmo facto já gerou duas e não uma. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, solicitou que não houvesse diálogo, nem qualquer tipo de provocação, apelando a que mantivessem as regras. Efetivamente foi clarificado, todos entenderam a posição do senhor Deputado Joaquim Cabrita, que apenas reiterou aquilo que tinha dito, não tendo havido qualquer violação da honra. Apelou ainda a que, no uso da palavra, não façam comentários marginais em relação ao debate e que se utilize uma linguagem digna de uma Assembleia Municipal, havendo um conjunto de conceitos que devem ser erradicados de uma Assembleia Municipal digna como era aquela. Fez aquela advertência como tentativa de colocar um pouco de água na fervura porque, no fundo, não valia a pena estarem ali com aquele tipo de excitação, pois o que interessava era discutir a questão da revisão orçamental e focarem-se nas questões fundamentais que interessam ao concelho. Em seguida, concedeu o uso da palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Anabela Simão Correia Rocha para responder a todas as questões colocadas. -----

-----No uso da palavra concedida a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** declarou ter sido um debate muito profícuo, com vários pontos e que eram importantíssimos. Começou por agradecer o benefício que lhes era dado pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Cabrita e também por parte do Deputado Municipal Jorge Ramos. No Centro de Saúde de Lagoa, quando se fala nas requalificações e executam, em termos de projetos, mas vêm de programas funcionais da ARS, ou seja, o município tem que negociar tudo e há muito tempo que recusaram assumir as competências, pois sabem que vão pagar a luz, a água, fazer a obra, pagar os assistentes operacionais e, quando têm de fazer algo, têm que negociar forçosamente, não querem estar a gerir os médicos, mas querem fazer mais pelo concelho. E quando se fala do Centro de Saúde de Lagoa falam também das extensões de saúde e uma delas tem a ver com a do Parchal que vá mais além e que não fique só por aquele rés-do-chão, em que se pode fazer um primeiro piso, podem desenvolver e o programa funcional é a bíblia deles, têm que cumprir aquilo que lhes é remetido, mas têm que negociar constantemente. O programa funcional que lhes foi vertido é para responder ao PRR e tem a ver com as unidades, pois têm uma Unidade de Saúde Familiar e o SP em que têm que criar condições para o funcionamento de todos que, atualmente, têm dificuldades, mas têm que dar uma boa resposta de qualidade para os utentes. Esse era o objetivo, mas estão a negociar sempre e a lutar, pelo

que esperam que no próximo orçamento já possam verter os programas funcionais transformá-los em projetos de execução para depois fazerem intervenções faseadas. Frisou ainda que, realmente, tentam sempre responder a tudo que lhes é solicitado e às questões, seja por escrito seja oralmente, pode não ser no tempo desejado, mas tentam sempre responder. Em relação ao Pavilhão do Arade, como era do conhecimento do plenário, foi feita a possibilidade de contratação de empréstimo e que teve que ser objeto do aval do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas já deu o seu visto, sendo depois remetida a minuta da escritura para posterior análise e aprovação. Sem o visto não vão prever a outra despesa, apesar de estarem a trabalhar no levantamento dos problemas existentes. Em relação aos restantes pontos, disse que a intenção do senhor Presidente era a de reunir brevemente com as IPSS para falarem e discutirem os problemas que existem neste momento, pois não estavam a falar só de inflação, mas de um aumento exorbitante da eletricidade, do aumento dos bens alimentares e pensava que tal devia ser discutido e refletido sobre a forma como irão resolver. Já o fizeram quando foi no âmbito do apoio extraordinário da Covid 19, estabeleceram esse diálogo, discordaram, concordaram, refletiram e arranjam soluções, soluções essas que desejam trabalhar com as IPSS, também no que diz respeito à resposta no pré-escolar. Acrescentou ainda que, felizmente, apesar das dificuldades que têm tido e que são muitas, com concursos desertos consecutivos, os preços do ferro e da madeira subiram 40%, 50% e com o procedimento para a transformação das instalações para os serviços da farmácia, para os serviços de ação social, e tiveram pelo menos três que ficaram desertos. Trata-se de um problema que não era exclusivo de Lagoa, mas sim um problema nacional e internacional e, por mais que queiram fazer de outra maneira, têm algo chamado código da contratação pública que não podem, de forma nenhuma, ultrapassar e têm que cumprir. Não é uma forma fácil de gerir, mas são resilientes, trabalham, lutam e, felizmente, conseguem compromissos plurianuais como o da eletricidade e ainda recentemente tiveram um contrato para assinar para o reservatórios das Sesmarias e a sua requalificação e ampliação, mas o empreiteiro disse ao senhor Presidente que atualmente a obra custa mais meio milhão porque houve uma revisão de preços e, na altura de assinar, o empreiteiro recusou-se a fazê-lo porque não consegue fazer face aos preços existentes. Era com aquilo que se debatiam todos os dias, mas não desistem e achava importante não se desistir das obras, nem das pessoas, nem da comunidade, e devem continuar a lutar pois foi isso a que se propuseram desde o início. Em Alporchinhos, já estão a conseguir intervir, ou seja, o grande objetivo que é o de substituir as condutas, já o fizeram em Ferragudo e não vão desistir, vão continuar a trabalhar para ajudar o próximo. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, seguidamente, concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** para pedir um esclarecimento de modo a ficar claro para si e questionou a senhora Vice-Presidente se se assumia, assim, o compromisso de num curto espaço de tempo haver diálogo com as IPSS para se tentar resolver um conjunto de problemas que existem e que são do conhecimento geral. -----

-----Usou da palavra concedida a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** respondendo que esperava que na primeira semana de outubro pudessem estarem todos juntos em reunião. -----

-----Retomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** para colocar a segunda questão e reforçar, que advinha das palavras da senhora Vice-Presidente e


que era sobre os procedimentos, esses acontecimentos que costumam ocorrer, sendo conhecido de todos, e reforçou a ideia de que era preciso passar a mensagem de porque é que as coisas não se fazem e era preciso acabar com essa especulação na opinião pública de que as obras são adiadas, porque são promessas adiadas. Considerava que isso tinha que acabar, pois porque pensava ser possível explicar às pessoas que os concursos ficam desertos, as pessoas sabem das dificuldades que existem para fazer empreitadas e pequenas obras. Toda a gente conhecia isso, mas era preciso explicar às pessoas, para que não se viva numa ideia de que vivem num mundo de promessas e não num mundo de concretizações. Era preciso explicar com clareza e assumir quando há erros ou insucessos, mas essa mensagem não era assumida pois parecia haver receio em assumir as coisas. Assumir que, atualmente é difícil fazer obras e está a ser difícil resolver um conjunto de problemas de fundo, porque não há meios para tal e era importante que se diga o que está a acontecer. Acrescentou ainda haver instituições que abriram lares e centros de dia com uma determinada capacidade e só conseguem abrir para metade da capacidade porque não têm trabalhadores, auxiliares de cozinha, de limpeza, e isso acontece no país, pois o problema é profundo em todas as áreas. Pensava ser necessário, quando têm problemas, explicar às populações porque é que têm esses problemas e não ficarem quase que encolhidos com receio de levar isso para a praça pública. E, no presente ano, há instituições com problemas em recrutar pessoas para trabalhar e essa era uma realidade. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Anabela Simão Correia Rocha para responder a todas as questões colocadas. -----

-----No uso da palavra concedida a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** referiu que uma das coisas com que se comprometeram foi, precisamente, na primeira semana de outubro, e estava nas agendas do Presidente e na sua, para que se pudessem sentar para refletir sobre o contexto em que estão a viver em termos sociais, económicos e financeiros, pois era realmente muito importante todos conversarem para chegar a uma solução e a um bom porto, porque quem estava a ter dificuldades são as pessoas, as mais vulneráveis. Há medidas governamentais que estão a ser trabalhadas e são muitas, mas também tinham que esclarecer as pessoas e se esclarecerem as IPSS também estão a ajudar as pessoas.

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Luís Pedro Vieira Ribeiro** cumprimentou os presentes e disse julgar ser impossível ser-se mais transparente, uma vez que a senhora Vice-Presidente tinha tornado claro quais são os planos de ação, e não apenas de um plano, pois aquele Executivo tem tido a capacidade de, face ao contexto atual que toda a sociedade vive, não só a sociedade portuguesa, mas a nível internacional, de mostrar e demonstrar a capacidade de ajustar, adequar e preparar-se para o que aí vem. E pensava que a melhor forma estava no documento em apreço e que era muito transparente, muito sério, contrariamente a algumas afirmações que possam ali fazer, considerava que o documento estava elaborado com seriedade, não escondendo nada do que estava a fazer, pois o documento diz, claramente, onde é que se está a gastar o dinheiro e de onde se tirou e deixou de se colocar o dinheiro. Já o haviam ali justificado e pensava que a opinião pública também o sabia, que era difícil contratar mão-de-obra, que não tem capacidade sequer para se deslocar para o Algarve, para pagar uma casa, aquela mão de obra que todos sabiam que era mal paga, mas era preciso pessoas para fazer, sem as quais não se consegue fazer aquele tipo de contratualização e não falava de um simples



assistente técnico operacional. Um pouco antes tinha estado numa reunião onde se disse que não havia professores, que estes estavam a ir para o Algarve, mas retornavam a casa porque não tinham dinheiro para pagar a casa e não tinham dinheiro para pagar ou arranjar condições que consideram adequadas para os seus filhos. Porque a renda de um T0 custa 1 000,00€, e era uma realidade que têm na sociedade portuguesa e não só. O município tem demonstrado claramente que está atento e que está a produzir medidas para ajudar o concidãdo de Lagoa. Disse ainda não poder deixar de questionar o Executivo, pois quando estão a financiar o subsídio de transporte aos estudantes para andarem nos transportes públicos, também sai do bolso do município e isso também era importante falar, pois para além do que se está a subsidiar nos transportes às IPSS, porque sabem também quantas vezes o município acaba por, em montantes que estão em verbas, é uma ajuda para quem não pode assegurar todo o transporte, porque era desejável, mas é incapaz de o fazer, mas era verdade que há transportes públicos que permitem que os estudantes utilizem a um preço mais baixo do que a tarifa que era considerada normal. E, por vezes, esquecem-se de que há sempre uma presença, de uma forma indireta, mas que está lá. Tratava-se de uma medida que não é só naquele concelho, mas sim por todo o país, os municípios estão a assegurar os transportes públicos para as crianças em idade escolar, havendo, pois, medidas que são transversais ao PS, como era óbvio, que tem estado preocupado com as crianças, mas também com a população sénior que, às vezes, é esquecida, que também tem acesso a transportes públicos gratuitos ou a uns preços reduzidos. Felicitou, assim, o Executivo por estar tão atento e por estar a pensar, não só no momento do presente, mas também no futuro e que aquelas obras que, efetivamente, por aqueles motivos já referidos, e porque o calendário também não ajuda, porque é preciso pedir a aprovação do Tribunal de Contas, que vai e volta e depois até está aprovado mas depois não há empreiteiros que queiram agarrar os concursos, a verdade é estava no programa e não tinha dúvidas de que aquele Executivo iria pôr em marcha o que fosse melhor para o concelho de Lagoa. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Anabela Simão Correia Rocha para responder a todas as questões colocadas. -----

-----No uso da palavra concedida a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** acrescentou a nota de que os municípios no Algarve, através do PARTE, para além dos transportes escolares, que é assumido pelo município, têm os chamados espaços sociais, falando-se de um projeto conjunto através de fundos comunitários, mas apenas estes não conseguem a cobrir as diferenças do combustível, do aumento da eletricidade e de outros problemas, em que os municípios têm estado a assumir. Era um custo efetivo que tem a ver com a mobilidade, sendo importantíssimo que as pessoas se possam deslocar de um lado para o outro e que tenham essa possibilidade porque, como era sabido, se não fosse isso, atualmente, seria incomportável muitas vezes as pessoas poderem circular com os valores que estão a ser cobrados e que teriam que ser cobrados se não existisse aquele apoio. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, na ausência de mais inscrições para uso da palavra, procedeu-se à votação do **Primeiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da Segunda revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano 2022, tendo sido aprovada com 18 votos a favor, 16 (dezasseis) votos do Partido Socialista, 2 (dois) do Movimento Lagoa Primeiro, 6 (seis) abstenções, 3 (três) do PSD, 1 (uma) do Bloco de Esquerda, 1 (uma) da CDU e 1 (uma) do Chega**. De seguida, foi concedido o uso da palavra ao

senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos para apresentar a declaração de voto do PS. -----

-----No uso da palavra o senhor Deputado Municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos** fez a seguinte declaração de voto: «A proposta apresentada pela Câmara Municipal relativa à segunda revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022 mereceu da parte da bancada do Grupo Municipal Partido Socialista a habitual análise cuidada e responsável, visto tratar-se de uma ferramenta de elevada importância estratégica, assim como um instrumento de gestão e planeamento para a continuidade do trabalho que visa o desenvolvimento do nosso concelho, elencando um conjunto de grandes propostas e continuando a afirmar as principais linhas estratégicas no apoio aos empresários do concelho, às IPSS, às famílias e a outras associações sem fins lucrativos que têm também um importante papel junto das pessoas nas áreas desportiva, cultural e educativa. Desta forma, a proposta merece o voto favorável da bancada do Partido Socialista.» -----

-----**2º Ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da reformulação do Compromisso Plurianual, previsto na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso público – Empreitada de requalificação da rede de iluminação pública da Vila de Porches – Fase 3, no valor global de 270.393,85 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo de 27.926,18 € no ano de 2022 e 242.467,67 € no ano de 2023;** -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Anabela Simão Correia Rocha para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** solicitou que o Segundo e o Terceiro pudessem ser apresentados em simultâneo já que eram idênticos. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, em consequência, propôs que os dois pontos fossem apresentados conjuntamente, que a discussão fosse também realizada em conjunto e a votação em separado, tendo sido aprovada a metodologia para a discussão dos pontos em causa. -----

-----Retomou a palavra a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** e declarou que aqueles pontos eram relativos a algo que tinham vindo a trabalhar desde 2014 e que era a requalificação de toda a iluminação pública, a substituição das lâmpadas de vapor de sódio e outros que são realmente devesa contaminantes e inimigos do ambiente e trabalhar com a tecnologia LED e com isso também ter dispositivos que trabalhem a iluminação, diurna e noturna, reduzindo o consumo. Já fizeram nota de que pouparam mais de um milhão de euros e, nesse sentido, terão de continuar essa aposta. Como era visível, encontram-se numa fase em que há um relatório para adjudicação, contudo por se tratarem de compromissos plurianuais, têm que levar à Assembleia uma vez ser necessário fazer a reformulação dos mapas em termos de cronograma de aplicação de verbas. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e declarou aberto o período de inscrições para discussão do Segundo e Terceiro Pontos da Ordem do Dia. Foi, assim, concedido o uso da palavra à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão. -----



-----Usou da palavra a senhora Deputado Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** cumprimentou os presentes e disse ter uma pequena questão. Declarou concordar que a rede de iluminação pública precisa uma requalificação, mas questionou sobre a possibilidade ou para quando é que estaria prevista essa mesma requalificação para outras zonas do concelho, nomeadamente na parte da Junta de Freguesia de Lagoa e Carvoeiro. -----

-----A senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** respondeu que sabia bem ter boas notícias, aquela era uma delas. Confirmou que começaria no ano seguinte. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** disse que, quando as medidas são boas, o PSD não tem problema nenhum em votar favoravelmente e que aquela medida era, obviamente, em nome dos interesses de Lagoa e, mais genericamente, do ambiente, pelo que votariam favoravelmente nos dois pontos. Aproveitou para deixar a nota de que, como se via, era possível fazer algumas obras e ali estavam duas. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que, na ausência de mais inscrições se avançaria com a votação dos pontos em separado. Votou-se, assim, o **Segundo Ponto relativo à reformulação do compromisso plurianual referente ao concurso público da empreitada de requalificação da iluminação pública, tendo sido aprovado por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor.** -----

-----Seguiu-se a votação do **Terceiro Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da reformulação do Compromisso Plurianual, previsto na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso público – Empreitada de requalificação da rede de iluminação pública da Vila de Ferragudo – Fase 3, e que foi também aprovada por unanimidade com vinte e quatro (24) votos.** -----

-----**4º Ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Protocolo de colaboração com a Ensinar a Sorrir – Associação de Solidariedade e Apoio à família para o desenvolvimento da componente de apoio à família (CAF) nos Agrupamentos de escolas do Concelho de Lagoa – Ano Letivo de 2022/2023, no valor global de 246. 982,60 € sendo 87.332,29 no ano de 2022 e 159.350,31 € no ano de 2023, repartido por dois períodos nos valores de 86.162,80 € e 73.487,51 €, respetivamente.** -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Anabela Simão Correia Rocha para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Anabela Simão Correia Rocha** informou que a Vereadora Ana Cristina Tiago Martins, que tem estado a acompanhar o processo, poderia clarificar melhor aquele ponto. -----

-----Usou da palavra **Ana Cristina Tiago Martins** assegurando que seria uma clarificação rápida e que se tratava da componente de apoio à família no 1.º Ciclo, que faz o acompanhamento, quer das horas do almoço, bem como das horas após as atividades extracurriculares, daí a necessidade de estabelecer um protocolo com aquela entidade para poderem fazer face a essas

atividades que são de todos reconhecidas e que são fundamentais para o processo educativo das crianças do concelho. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a precisão e concisão da exposição e abriu o período de inscrições para a discussão daquele Ponto da Ordem do Dia. Em seguida, deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** disse que iriam fazer um pedido escrito porque, mais uma vez, tinha todo o sentido a Assembleia ter que votar os protocolos, mas também devia ter conhecimento da execução dos protocolos. Obviamente, era importante para a prossecução dos fins da educação e para assegurar o bem-estar e a valorização das crianças aquele tipo de iniciativas pelo que, sendo o Partido Social Democrata um partido democrático que deixa espaço à opinião de cada um e em cada lugar, e naquele iria votar favoravelmente a proposta. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** afirmando não ter dúvidas sobre a importância daquele tipo de projetos, mas reconhecia que, tal como estava apresentado, não esclarece, não clarifica e era muito curto. Não refere o número de trabalhadores afetos no seu conjunto ao projeto, nem por estabelecimento escolar, não refere o número de horas por cada estabelecimento de ensino, não refere quais são as atividades que se desenvolvem, não refere quantos trabalhadores estão afetos ao acompanhamento das crianças, à vigilância, à limpeza, à segurança do meio escolar e como é que isso se processa, não se percebe quais são as atividades lúdicas, expressivas e educativas para as crianças com necessidades educativas especiais, o número de horas no total por cada estabelecimento de ensino, nem o número de técnicos afetos a essas especialidades. Assim, pensava que o protocolo levado ali à Assembleia Municipal tem importância, mas era curto na explicação e na informação, e julgava que devia vir sempre acompanhado do relatório do ano transato para aferirem. Subscrevia as palavras anteriores do senhor Deputado Municipal Joaquim Cabrita relativamente a todos os protocolos que são estabelecidos com todas as IPSS e todas as estruturas sociais, pois seria bom conhecerem em rigor o que se faz, como se faz, como se paga, como se utiliza o dinheiro público e pensava que ficariam muito mais habilitados a saber como se gasta o dinheiro. Assim, o facto de a informação prestada ser muito curta, não lhe permitia que votassem a favor, pelo que iria abster-se. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** declarou ter conhecimento de que aquela associação Ensinar a Sorrir, pelo menos no ano anterior, esteve a funcionar na escola do Rio Arade, ao passo que no Agrupamento de Lagoa essas atividades eram suportadas pela Associação de Pais e, caso estivesse enganado, pediu que o corrigissem. Prosseguiu dizendo que, devido à transferência das competências em matéria de educação para os municípios, compete à Câmara promover e implementar a componente de apoio à família mas, para si, a Câmara já faria isso nos anos anteriores. Depois quis saber, quando se falava no acompanhamento dos alunos dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do

1.º Ciclo do Ensino Básico “antes e depois das componentes do currículo, nos intervalos, durante o período de almoço e depois das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva”. E perguntou a partir de que horas de manhã e até a que horas na parte da tarde se referiam e também quais seriam as férias escolares, bem como o número de crianças que podem receber.

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal que, por sua vez, delegou na senhora Vereadora do Pelouro Ana Cristina Tiago Martins, a quem foi concedida a palavra. -----

-----Usou da palavra a senhora Vereadora **Ana Cristina Tiago Martins** esclarecendo que relativamente ao protocolo, de facto, reparou que não estavam os anexos ao protocolo onde estão espalhadas todas as horas divididas por escola, por refeitório, etc. Poderiam fazer chegar essa informação, não havia nada a esconder, pelo que poderiam fornecer à Assembleia Municipal para depois ser remetido aos Deputados Municipais, uma vez que tal consta da deliberação da reunião de Câmara, ou seja, faz parte do processo que foi à reunião de Câmara. Confirmou, depois, que a componente de apoio à família foi feita nos anos anteriores pela Ensinar a Sorrir no Agrupamento do Rio Arade. Anteriormente, no agrupamento Espamol e quem desenvolvia a componente de apoio à família era a Associação de Pais e que manifestou o seu desejo de não continuar a realizar esse papel, pelo que optaram por a mesma entidade abarcar os dois agrupamentos. O período que têm é consoante as necessidades das famílias, mas não sabia dizer se começa às 8 ou 8:15, porque depende um pouco das necessidades das famílias. Depois, para além do horário letivo que termina às 15:30, para garantirem a escola a tempo inteiro até às 17:30 e a respetiva limpeza e arrumação dos respetivos espaços. Não tinha presente o número, mas aquela era a distribuição que era feita pelas crianças. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, interrompeu para esclarecer que os documentos que foram enviados anexos à convocatória foram exatamente os documentos que lhes chegaram, tendo confirmado com os serviços da Assembleia não haver mais documentação a não ser aquela que foi remetida. Em seguida, deu a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo. -----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** cumprimentando os presentes e dizendo que até iriam votar a favor, pois tratava-se de um projeto essencial, que se realiza há imensos anos, mas a Assembleia devia ser informada em cada ano, assim como também ter acesso ao relatório de execução, que são duas coisas distintas. Uma coisa era a caracterização do projeto, que era insuficiente por não terem os anexos e outra coisa era o relatório de execução relativamente aos anos anteriores em que a entidade já colaborou com o município, e sobretudo o do ano transato. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** sugeriu que esses documentos fossem entregues à Assembleia e que transitassem o ponto para a Assembleia seguinte. Uma vez que estava em falta a informação fundamental que acompanha uma deliberação na reunião de Câmara e que são os seus anexos, estava-se a pedir que votassem às cegas, situação com a qual não concordava. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro.

-----Usou da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro dizendo não querer ser indiscreto, mas que gostaria de perguntar aos senhores Vereadores do PSD se receberam ou não o dito anexo que, por lapso, não foi enviado aos serviços da Assembleia Municipal e se tinham conhecimento dos anexos, efetivamente. Percebia, mas parecia estar a querer-se inviabilizar e a colocar em causa a seriedade do trabalho estava ali a ser feito e que foi apresentado pela senhora Vereadora, o que se lhe afigurava ser um pouco indelicado. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, questionou o Executivo se mantinha o Ponto, uma vez que o mesmo podia ser retirado ou mantido, e dado que também houve a manifestação por parte do grupo do PSD da confiabilidade dos documentos que supostamente estariam anexos, mas que não chegaram. O Grupo do Movimento Lagoa Primeiro tem essa dúvida, o Grupo Municipal do PSD dava o benefício da dúvida e o voto de confiança em como os anexos correspondem aos documentos que foram enviados e questionou, assim, se o Executivo mantinha proposta para submetê-la à aprovação. -----

-----No uso da palavra concedida a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Anabela Simão Correia Rocha disse pensar que o problema estaria na forma como foi designado, com a palavra "anexos" e que tem a ver com a terminologia, pois o que faz é, sim, o suporte. Normalmente, quando têm que fazer os protocolos e, já quando tiveram o programa PARES, fizeram questão que, esses sim, fossem anexos do próprio protocolo, mas ali não era isso e tem a ver com a negociação que é feita entre o município e a entidade que vai beneficiar e isso também tem a ver com as candidaturas que, como são feitas pelas IPSS, não vão depois à reunião da Assembleia. Se, posteriormente, entenderem que devem ter mais documentos, estão disponíveis, mas reforçou ser algo importantíssimo para se dar já início às atividades para as crianças, pelo que pediu encarecidamente que pudessem continuar. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho declarou dois aspetos. O primeiro, independentemente daquilo que foi discutido, aprovado e votado na reunião de Câmara, os membros da Assembleia Municipal, sendo um órgão independente que não se confunde com a Câmara, nem que o Movimento Lagoa Primeiro tenha lá votado favoravelmente, os deputados do Movimento Lagoa Primeiro podiam votar contra. A independência era isso e aquela não era uma casa de carreirismo, mas sim um órgão independente. Em segundo lugar, os protocolos das IPSS nunca foram à Assembleia, pois são assinados com a Câmara e as IPSS e nunca reportaram à Assembleia. Trata-se de um conteúdo diferente e se vai à Assembleia Municipal deve vir com os seus anexos, porque a informação é relevante para a decisão que é tomada. Não iria fazer finca-pé, mas assinalou que era um lapso grave e inaceitável porque são os documentos de suporte a uma votação. Interessa saber se aquela verba vai ser aplicada e se tem correspondência e se justifica com aquilo que é apresentado nos anexos. Assim, o Executivo estava a pedir um voto de confiança relativamente ao projeto. Recuperando as palavras da senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, pela importância do início do projeto, estavam a pedir um voto de confiança, no fundo, relativamente


ao projeto, porque ele é que importa. Caso não estivesse a pedir um voto de confiança, considerava que a Assembleia não tem a documentação que era indispensável. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, sugeriu que se poderia votar o Ponto com o compromisso da Câmara enviar todos os anexos de que instruem o processo, pensando ser uma forma razoável de desbloquearem a situação, atenta à urgência que foi posta e por ser um assunto que estava desde agosto nos serviços da Assembleia. Era urgente e, por isso mesmo, foi para a sessão extraordinária e não para a ordinária. Caso estivessem de acordo, passariam à a votação do ponto e sendo remetido à posteriori os documentos. Passou, em seguida, a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** declarando que era evidente que a Assembleia, de uma maneira geral, e a oposição em particular, não estavam ali para fazer votos de confiança, mas sim para votar em função do que conhece e do que sabe. Era também evidente que aquele protocolo não foi com toda a informação que devia. Havia, porém, dois aspetos que importava realçar. Um deles, já referido, de que a instituição já colaborou com o município e, do que era do seu conhecimento, no agrupamento onde fez essa colaboração, não houve registo de queixas, nem de resultados menos bons, caso contrário o município não decidia alargar o âmbito. Assim, tratar-se-ia mesmo de dar esse benefício da dúvida, esperando-se evidentemente que não voltasse a acontecer e que quando se diz que se vai gastar 200 ou 300 mil euros num subsídio, se explique em que é que se gasta esses 200 ou 300 mil euros. Esse seria o pressuposto, mas ali havia um elemento preponderante, uma vez que se trata de apoiar as famílias de Lagoa e garantir a receção e o acompanhamento das crianças do 1.º Ciclo, no concelho de Lagoa, e isso sobrepunha-se a qualquer dúvida e a qualquer outro interesse, pois o que resultaria dali seria uma ilegalidade maior e que seria começar a trabalhar sem ter o suporte ou um prejuízo superior que era não fazer algo que é necessário. Julgava, pois, não haver razão nenhuma para adiarem uma semana e protelarem, uma vez que o ano letivo já se iniciou. Pensava até que o próprio protocolo já devia ter ido antes à Assembleia, mas não lhe competia emitir juízos de valor. O PSD iria votar favoravelmente porque confia e acredita, mas, obviamente, não se iria demitir de exigir e, assim, subscrevia a posição proposta pelo senhor Presidente da Mesa de que, ainda que a posteriori sejam enviados os elementos em falta, sendo aquela uma casa política, se politicamente houver algum comentário a fazer haverá oportunidade de, posteriormente, fazê-lo. Pensava, portanto, não haver razão para não concluírem e votarem o ponto. Reforçou, contudo, que as coisas têm que chegar consubstanciadas e saltava à vista e que deve ser feito esse protocolo retrospectivo, porque se tiverem no final de cada exercício de situação a verificação do exercício, nem haverá dúvidas, porque se eram bons no ano anterior não deixarão de ser no corrente ano e, obviamente, era isso que ia acontecer. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão. -----

-----No uso da palavra, a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** afirmou ter uma pequena questão em relação ao horário, uma vez que a componente de apoio à família, daquilo que conhecia, normalmente era sempre depois das atividades curriculares e, anteriormente, ouviu falar no horário da parte da manhã e pediu para clarificar essa questão.--



-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra à senhora Vereadora Ana Cristina Tiago Martins. -----

-----No uso da palavra concedida, a senhora Vereadora **Ana Cristina Tiago Martins** respondeu que, caso haja essa necessidade, irão dar resposta à mesma. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, na ausência de mais pedidos de intervenção naquele Ponto da Ordem do Dia, procedeu-se à votação da **autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Protocolo de colaboração com a Ensinar a Sorrir – Associação de Solidariedade e Apoio à família para o desenvolvimento da componente de apoio à família (CAF) nos Agrupamentos de escolas do Concelho de Lagoa – Ano Letivo de 2022/2023. O Ponto foi aprovado com vinte e três (23) votos a favor e uma (1) abstenção da CDU, portanto, dezasseis (16) votos do PS, três (3) do PSD, dois (2) do Movimento Lagoa Primeiro, um (1) do Bloco de Esquerda e um (1) do Chega.** De seguida, e uma vez finalizada a Ordem do Dia, a Mesa propôs que a ata da presente sessão fosse aprovada em minuta, nos termos do disposto no artigo 34 n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 57.º n.º3 do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Não se tendo observado oposição à proposta apresentada, considerou-se a mesma aprovada por unanimidade. Consequentemente, deu o uso da palavra ao senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato** cumprimentou os presentes e leu a seguinte minuta: «Boa noite a todos. Muito obrigado, senhor Presidente. Às 21:09, os trabalhos foram iniciados. O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa deu início aos trabalhos, saudando todos os presentes à sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 21 de setembro, que decorre excecionalmente no Auditório Centro Cultural do Convento São José por impossibilidade do Auditório Carlos do Carmo, local que tem sido habitual para a realização das sessões da Assembleia Municipal, informando de seguida que a próxima sessão ordinária, agendada para o próximo dia 28 de setembro, terá lugar no Auditório Carlos do Carmo. De seguida, saudou a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, em representação do senhor Presidente, ausente da sessão em virtude de compromissos autárquicos anteriormente assumidos, as senhoras e os senhores Vereadores, os senhores Deputados Municipais, as senhoras e senhores jornalistas, cidadãos presentes na sessão e cidadãos que assistiam à transmissão através das plataformas digitais YouTube e Facebook do município, bem como a Lagoa TV. Uma saudação e agradecimento aos técnicos e demais colaboradores do município que nos assistem tecnicamente e que nos dão apoio nesta sessão, assegurando as necessárias condições técnicas e de funcionamento, bem como garantindo a transmissão em direto da mesma. Um cumprimento especial à doutora Ana Bigodinho e a Vera Zeferino, que têm sido incedíveis no apoio à Mesa da Assembleia Municipal, colaborando em todos os atos preparatórios desta sessão, apesar de não estarem familiarizadas com estas específicas funções e que estão a assistir-nos nesta sessão, o que também farão na próxima sessão ordinária em virtude da baixa médica da Sónia Encarnação, a quem desejamos as rápidas melhoras. Foi esclarecido que os cidadãos que intervenham nas sessões transmitidas devem, no início da sua alocução, manifestar autorização à Assembleia Municipal de Lagoa para utilização do registo de imagens de som e voz para efeitos de gravação áudio e da sua intervenção para efeitos de transmissão em streaming. Foram igualmente lembradas a todos os presentes todas as

recomendações e procedimentos de forma a garantir o bom decorrer dos trabalhos bem como a recolha da gravação da sessão e suporte vídeo e áudio, gravações que serão publicadas no site da Assembleia Municipal de Lagoa e no YouTube do município de Lagoa, sendo esclarecido que a gravação em suporte áudio destina-se a apoio à elaboração da ata, bem como não é permitido o registo de som e imagem sem autorização prévia da mesa, exceto para os Órgãos de Comunicação Social. Ponto Um - Período de Intervenção dos cidadãos. O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que nos termos do art. 36 n.º2 do Regimento da Assembleia Municipal de Lagoa, nas sessões extraordinárias, a intervenção dos cidadãos deve-se cingir à apresentação de assuntos que constam da Ordem de Trabalhos, normativo que suscita um pedido de desculpas por parte do senhor Presidente da Assembleia à senhora Aida Lima, que pretendia intervir sobre um assunto que não se enquadra nos mesmos, desde já assumindo a sua inscrição para a sessão ordinária agendada para o próximo dia 28 de setembro, pelo que dentro dos prazos previstos e enquadramento previsto, não se verifica nenhuma intenção de intervenção. Ponto Dois, Período da Ordem do Dia – Substituição de Deputados Municipais. O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa informou e especificou que foram suscitados três pedidos de substituição, um por parte do Grupo Municipal da CDU, dois por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista, bem como se verifica a substituição do senhor Vereador Francisco Martins do Movimento Lagoa Primeiro pela Vereadora Rita Ruivinho. Primeiro Ponto da Ordem de trabalhos - Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022. O senhor Presidente da Assembleia Municipal como ponto prévio alertou que às 18:24 foi recebido, via e-mail, a declaração de voto do Vereador substituto do Partido Social Democrata Cesário Belém relativamente à reunião de Câmara de há uma semana atrás, no dia 13 de setembro e, embora fora dos timings do expediente dos serviços, foi aceite e distribuído por todos os Deputados Municipais, dando de seguida a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara para defesa da proposta. O senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de análise e debate e verificaram-se dez intervenções por três rondas: três por parte do Grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita, dois por parte do Grupo Municipal Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho, uma por parte do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do Deputado Municipal Jorge Ramos e quatro por parte do Grupo Municipal do PS, do Deputado Municipal Luis Alberto, duas do Deputado Municipal Carlos Ramos e uma do Deputado Municipal Luís Ribeiro. Face à ausência de mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à senhora Vice-Presidente para resposta e esclarecimentos às questões suscitadas, o que fez por duas vezes. Esgotado o período de intervenção, o senhor Presidente colocou o ponto a votação tendo o primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos sido aprovado por maioria com 18 votos a favor, 16 do Grupo Municipal do Partido Socialista, 2 do Grupo Municipal do Movimento Lagoa Primeiro e 6 votos em abstenção, 3 do PSD, uma do Bloco de Esquerda, uma do Chega e uma da CDU, tendo sido apresentada uma declaração de voto por parte do Grupo Municipal do PS. Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos – Reformulação do compromisso plurianual para o concurso Público empreitada de requalificação da rede iluminação pública da Vila de Porches-fase 3. O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara para apresentação da proposta que manifestou o seu interesse em fazer relativamente aos pontos Dois e Três, tendo o senhor Presidente da Assembleia apresentado a metodologia de que a análise e debate dos pontos fosse feita em conjunto e a votação em separado, metodologia que foi aprovada por unanimidade. O senhor Presidente abriu o período de análise e debate, verificou-se uma intervenção por parte do Grupo Municipal do Chega, da Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão, tendo a senhora Vice-Presidente esclarecido a questão suscitada. Face à ausência de intervenções, o ponto segundo foi colocado à votação sendo aprovado por

unanimidade com 24 votos a favor. Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos - Autorização prévia do compromisso plurianual do concurso Público internacional, prestação de serviços de manutenção e conservação de espaços verdes. O ponto foi posto à votação e foi aprovado por unanimidade com 24 votos a favor. Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos - Autorização prévia do compromisso plurianual do protocolo de colaboração com a Ensinar a Sorrir Associação de Solidariedade e Apoio à família. O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Vice-Presidente para defesa da proposta, que delegou na senhora Vereadora Ana Martins, tendo de seguida aberto o período de análise e debate, verificando-se dez intervenções, por três rondas: três por parte do Grupo Municipal do PSD, duas por parte do Deputado Municipal Joaquim Cabrita e uma do Deputado Municipal José Inácio Eduardo, três por parte do Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho, uma por parte do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do Deputado Municipal Jorge Ramos e uma por parte do Grupo Municipal do Chega, da Deputada Municipal Lurdes Alemão. Face à apresentação da proposta do senhor Deputado Diamantino Ruivinho, de que o ponto fosse retirado, a senhora Vice-Presidente da Câmara justificou e manteve o ponto, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal sugerido que o ponto fosse votado com o compromisso de que a Câmara Municipal fornecesse prontamente os documentos que completam o protocolo em causa. Face à ausência de mais intervenções, o Ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado por maioria com 23 votos a favor, 16 do Grupo Municipal do PS, 2 do Grupo Municipal do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do Grupo Municipal do PSD, uma do Grupo Municipal do Chega e uma do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, e um voto em abstenção do Grupo Municipal da CDU.» -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e questionou se havia alguma correção, retificação e reparo em relação à proposta de ata em minuta por parte dos senhores Deputados Municipais. Na ausência de intervenções, procedeu-se à votação da ata em minuta, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade com 24 votos a favor. Por fim, declarou encerrada a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 21 de setembro de 2022, desejando a todos uma boa noite e que se voltariam, seguramente, a encontrar no dia 28 para a sessão ordinária. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

  
\_\_\_\_\_  
José Manuel Correia Águas da Cruz

O 1º Secretário,

  
\_\_\_\_\_  
Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato



A 2ª Secretária,

  
\_\_\_\_\_

Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes

